

# DOCUMENTOS PETICIONAIS DA BAHIA COLONIAL: PRÁTICAS DE PESQUISA E ENSINO

Norma Suely da Silva Pereira<sup>1</sup>  
Maria das Graças Telles Sobral<sup>2</sup>  
Tássia de Abreu Santos Matos<sup>3</sup>

## RESUMO

Os documentos manuscritos produzidos ao longo da história com o fim de registrar atos e práticas relativos à vida, nos diversos períodos que compõem o percurso de uma sociedade, evidenciam características da língua em uso em cada período e as mudanças verificadas ao longo do tempo. Desse modo, a pesquisa com fontes documentais evoca rastros da memória coletiva, revelando importantes elementos das práticas culturais, bem como aspectos da produção dessas fontes que auxiliam na compreensão da língua e da história de cada povo. Nesse sentido, partiu-se da edição de um *corpus* constituído de quatro documentos coloniais pertencentes ao Mosteiro de São Bento da Bahia e ao Arquivo Histórico Ultramarino, cuja escrita foi motivada por algum pedido, com vistas ao exame de aspectos relativos às técnicas de produção de cada um, colocando em relevo elementos como o léxico, as fórmulas diplomáticas e os interlocutores que participam de cada um dos eventos comunicativos, com o fim de classificá-los, verificando que aspectos os aproxima, levando a defini-los como pertencentes à categoria de textos peticionais e que aspectos os particulariza em diferentes espécies documentais. Como aporte teórico-metodológico, utilizaram-se os pressupostos da Filologia, da Paleografia, da Diplomática e da História Cultural. A análise empreendida mostrou-se proveitosa para a utilização didática no ensino de disciplinas acadêmicas

- 1 Professora Associada da Universidade Federal da Bahia - UFBA, [normasuelypereira@yahoo.com.br](mailto:normasuelypereira@yahoo.com.br);
- 2 Professora da Faculdade de Ciência e Tecnologia - FTC, [sobralmg2@gmail.com](mailto:sobralmg2@gmail.com);
- 3 Graduada do Curso de Letras Vernáculas da Universidade Federal da Bahia - UFBA, Bolsista IC Permanecer/UFBA, [tassiasmatos@hotmail.com](mailto:tassiasmatos@hotmail.com).

que se utilizem da análise de manuscritos, como a Filologia, a Paleografia, a História e a Arquivologia, bem como pode ser útil e instigante para os estudos de gêneros textuais e de língua portuguesa no âmbito da Educação básica.

**Palavras-chave:** Filologia, Textos peticionais, História Cultural, Manuscritos coloniais, Estratégias pedagógicas.

## INTRODUÇÃO

A prática de leitura e edição de textos orientada pelos pressupostos teórico-metodológicos da Filologia textual proporciona ao pesquisador um amplo leque de oportunidades de interlocução com outras áreas do saber. O estudo de documentos produzidos ao longo da história com o fim de registrar atos e práticas relativas à vida, nos diversos períodos que compõem o percurso de uma sociedade, além de evidenciar características da língua em uso em cada época e as mudanças verificadas ao longo do tempo, evoca rastros da memória coletiva, revelando importantes elementos das práticas culturais, bem como aspectos da produção dessas fontes que auxiliam na compreensão da língua e da história de cada povo.

Para esta investigação, partiu-se da edição de um *corpus* constituído de quatro manuscritos coloniais, sendo três pertencentes ao Arquivo Histórico Ultramarino - AHU, e um selecionado no *Livro Velho* do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia - LVT, conforme quadro apresentado a seguir:

**Quadro 1 - Corpus selecionado**

Documento	Datação	Origem
Petição de Catherina Alvares (In: Carta de Sesmaria)	Bahia, 12 de novembro de 1568.	LVT
Representação da Madre Abadessa e demais religiosas do Convento do Desterro.	Bahia, 20 de novembro de 1723.	AHU
Requisição de mantimentos para a Nau de guerra Nossa Senhora de Belém.	Bahia, 17 de janeiro de 1771.	AHU
Requerimento de D. Jacinta e D. Ignacia [...].	Bahia, [ant. a 6 de março de 1798].	AHU

**Fonte: elaboração das autoras.**

A seleção dos documentos foi mediada por suas características peticionais, considerando-se a possibilidade de se examinarem os aspectos relativos às técnicas de produção de cada um, observando-se, por exemplo, as fórmulas diplomáticas que são próprias de cada espécie documental, os interlocutores que participam de cada situação comunicativa, e a linguagem própria de cada um, com o fim de classificá-los, verificando, dentre as diversas formas utilizadas para encaminhar pedidos às autoridades coloniais, que aspectos aproximam, ou particularizam as diferentes espécies documentais.

O Arquivo Histórico Ultramarino abriga documentos produzidos entre 1530 e 1833, registrando aspectos das relações mantidas entre Portugal e suas possessões ultramarinas, notadamente aqueles produzidos no âmbito do Conselho Ultramarino, órgão consultor da coroa portuguesa para matérias referentes à administração das colônias, no âmbito dos aspectos jurídicos e cíveis da vida pública e privada, por exemplo, consistindo-se em exceção alguns assuntos como os eclesiásticos e aqueles relativos a algumas ordens militares (CONSELHO, 2016). Grande parte da documentação luso-brasileira foi alvo de catalogação e digitalização realizada pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco, programa de cooperação arquivística

internacional, o que tem possibilitado o acesso a essas fontes documentais por meio da sua disponibilização na plataforma digital da Biblioteca Nacional.

O *Livro Velho do Tombo* integra o acervo da biblioteca do Mosteiro de São Bento da Bahia, fundada em 1582, uma das três únicas bibliotecas brasileiras tombadas pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com reconhecimento no Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO em 17 de outubro de 2012. Nele estão diversos tipos de registros referentes ao patrimônio material dos monges beneditinos, datados de 1568 a 1716, trasladados<sup>4</sup> no século XVIII, sendo a grafia original mantida, conforme a nota de abertura do livro. Esses registros trazem à baila informações sobre os aspectos sócio-histórico-culturais da sociedade brasileira no período compreendido entre o século XVI e o século XVIII.

O aporte teórico-metodológico de natureza multidisciplinar parte da Filologia, ciência que se dedica à investigação do texto verbal, realizando sua crítica interna e externa, com o objetivo de compreender e interpretar a língua e a cultura presentes nos textos, observando os vestígios de mudanças e as marcas de continuidades que caracterizam cada época. Desse modo, o labor filológico contribui para o esclarecimento das fontes e para sua adequada transmissão, concorrendo para a preservação do patrimônio escrito e da memória das sociedades (CAMBRAIA, 2005; SPINA, 1994). Nesse mister, a Filologia estabelece diálogo com a Paleografia, a Diplomática e a História Cultural dentre outras, conforme os objetivos da edição e o teor de cada documento.

A análise empreendida mostrou-se proveitosa para a utilização didática no ensino de disciplinas acadêmicas que se utilizem de fontes documentais, como a Filologia, a Paleografia, a História e a Arquivologia, bem como pode ser útil e instigante para os estudos de gêneros textuais, de língua portuguesa e

---

4 Transferidos de um livro para outro. Copiados.

história, assim como podem ser bem aproveitadas em outras tantas disciplinas no âmbito da Educação básica, conforme o conteúdo das fontes.

## **METODOLOGIA**

Para realização do estudo, partiu-se da crítica filológica, pelo estabelecimento de critérios para a seleção, edição e análise do *corpus*, mobilizando, para tanto outros aparatos teórico-metodológicos, necessários à realização da pesquisa. Tratando-se de um *corpus* manuscrito, utilizaram-se os conhecimentos da Paleografia, ciência que norteia a adequada decifração dos tipos caligráficos, permitindo a leitura e adequada interpretação das fontes manuscritas considerando as várias possibilidades de suportes de escrita, o contexto e o período de produção das fontes, bem como os perfis dos sujeitos envolvidos em sua redação (PETRUCCI, 2003; ACIOLI, 1994). Desse modo, realizou-se a leitura e edição semidiplomática das fontes manuscritas selecionadas, para melhor entendimento de seu conteúdo. A tipologia editorial escolhida visa conservar as características da língua e da escrita de cada período em questão, realizando-se apenas, como mediação, o desenvolvimento das abreviaturas e a elaboração de alguma conjectura nos casos de leitura dificultada por danos no suporte de escrita. Na sequência, realizou-se a crítica diplomática (DURANTI, 2015; BELLOTTO, 2002) visando ao estabelecimento dos aspectos formais de cada documento selecionado, de modo a evidenciar as características que permitem classificar cada uma das espécies documentais selecionadas como documentos de caráter peticional. A seguir, passou-se ao estudo do teor de cada documento, examinando seus aspectos sócio-históricos, as representações do passado presentes nas fontes, seus vestígios e lacunas (CHARTIER, 2014) e sua relação com as práticas culturais do presente. Por fim, realizou-se o exame de aspectos da escrita e do léxico que pudessem ser interessantes na proposição de atividades didáticas diversas, correlacionadas à tipologia textual escolhida.

### **DOCUMENTOS PETICIONAIS: DIFERENTES CONFIGURAÇÕES, ESPECIFICIDADES E APLICAÇÕES DIDÁTICAS.**

Os documentos selecionados para o presente estudo são originados nas práticas públicas e privadas que permeavam a vida dos indivíduos na América portuguesa. Expressam, desse modo, desde corriqueiras relações de trabalho, a hierarquias e processos de subalternização a que estavam sujeitos os habitantes da colônia naquele período. Como recorte temático de tais relações,

definiu-se, como aspecto a ser investigado, a observação de diferentes formas de pedir algo para alguma instância de autoridade colonial constituída.

Conforme assinala Bellotto (2002), de acordo com a atividade administrativa específica ou o tipo de pedido que represente, os documentos vão assumindo diferentes configurações. Como explica a autora, os documentos que expressam um pedido ou súplica podem ser de caráter administrativo, partindo de uma autoridade constituída, ou emanar da vontade manifesta de um indivíduo. Na própria exposição contida no documento e no exame dos seus aspectos formais é que se vão estabelecer as características de cada espécie documental. Para melhor compreensão dessas realidades, apresenta-se breve descrição das fontes selecionadas, seguida da análise de seu formulário com destaque para o contexto e para as partes que os constituem.

A petição de Catherina Alvares, é referida em um registro maior, identificado no LVT como “Sesmaria dada no anno de 1568 a Catherina Alvarez daterra de | Villa velha athe o Ribeiro, o qual deixou a dita terra a este Conuento”, refere-se às terras dadas ao marido de Catherina Alvarez, Diogo Alvares, o Caramuru, na povoação de Villa Velha, nos primórdios da formação da Capitania da Bahia, a 12 de janeiro de 1568, por Francisco Pereira Coutinho, Capitão e Governador da Capitania, as quais terras ela herdara por morte do cônjuge. O lançamento foi feito pelo escrivão de Sesmarias Onofre Pinheiro Carvalho, tendo sido assentado no Livro de Registro por Francisco de Moraes, escrivão da Provedoria, no povoado do Pereira. O estudo desse documento pode abarcar diversas áreas do saber, a exemplo da História, do Direito e da Paleografia.

Em relação aos aspectos históricos, esse documento traz um registro das Cartas de Sesmarias, instrumento utilizado para doação de terras no período colonial, instituído por D. João III, rei de Portugal, como também o registro sobre Diogo Alvares e Catherina Alvares considerados, na História do Brasil, como a primeira família brasileira documentada, constituída por um português e uma mulher indígena.

A Carta de Sesmaria regulariza o ato da concessão de terras a Diogo Alvares por Francisco Pereira Coutinho e confirmadas por Thomé de Souza<sup>5</sup>. Metade dessas terras foram deixadas de herança para Catherina Alvares, mulher de Diogo Alvares, entretanto, como o registro da sesmaria não fora realizado por Diogo Alvares, foi gerada a petição de Catherina Alvares ao

---

5 1º Governador Geral no período de 1549 a 1553.

Governador geral Mem de Sá<sup>6</sup> para a emissão do documento, objetivando a regularização das terras, como se pode constatar no fragmento da carta que evidencia aspectos acerca do sistema jurídico das sesmarias:

[...] emaqual petição secontinha | entreoutras couzas nella contheudas, quepor falecimento de Diogo Aluares | seumarido lheficou ametade dehuma dada deterra desesmaria, | aqualestá junto destapouoaçam ecorrendo do mar para oCertam | a quallhefoi dada por FranciscoPereiraCoutinho CapitameGouernador | quefoi destaCidade digo destaCapitania, a quallhefora confirma | da porThomé desouzaGouernador quefoi easim mais demuitotempo | aesta parte posuhia o dito Diogo Aluares humpedaso deterra quevai | pelacabe-seira desua data ao Longo dehum ribeiro, aqualterra odito | seumarido pedio a Thomé de souza eelle lhadeo efez merse-dellapor | despacho dehumapetiçam epello dito seumarido nam tirar Carta como | tinhanodespacho deThomédesouza dequelhefez merse delhedar (LIVRO Velho do Tombo, fólio 38v, L. 18-29).

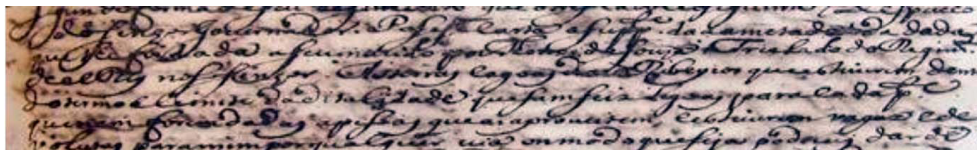
No que tange ao aspecto legal, no período colonial “[...] a Igreja, por intermédio do Padroado Régio – acordo entre a Igreja Católica e a Coroa Portuguesa, no qual ficam estabelecido direitos e deveres entre ambos – atuava como um autêntico serviço público”, conforme Bacellar (2010, p. 39-40). A carta de sesmaria é classificada como um documento notarial, visto que é produzida para validar a doação, é realizada por autoridade legitimada nesse período e obedece a aspectos formais específicos. Observa-se, nesse documento a repetição de informações em várias partes, recurso estilístico que, conforme Damiano e Henriques (2009, p. 233), “[...] indica a importância de uma ideia, prestando-lhe ênfase [...]”, garantindo, dessa forma, a eficiência dos direitos neles expressos. A linguagem é prescritiva e descritiva, características da comunicação jurídica, que tem como objetivo assegurar direitos.

Quanto aos aspectos paleográficos, o documento apresenta duas *scriptae*, como se pode constatar nas Fig. 1 e 2. A primeira *scripta* pertence ao escrivão que fez o traslado e a segunda é do tabelião. A escrita do período tem como características a ocorrência de ligaduras, separação irregular das palavras e união de diversos termos, devido à ausência de fronteira entre palavras, característica da escrita cursiva executada com maior rapidez. As duas escritas são,

6 3º Governador Geral no período de 1558 a 1572.

desse modo, de difícil leitura, já que se caracterizam pela *scriptio* contínua, na qual as palavras são quase todas ligadas:

**Figura 1: Fólio 39r. do Livro Velho do Tombo - scriptor 1 - Escrivão**

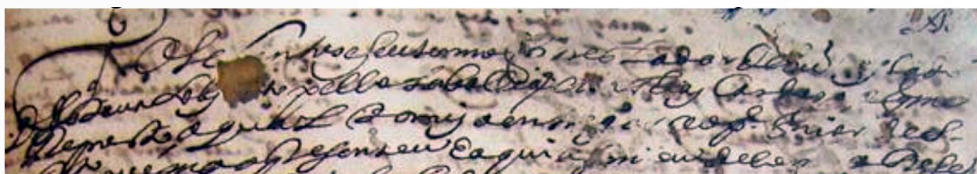


**Fonte: LIVRO Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento.**

Transcrição:

[...] do senhor Governador. Pase a Carta a supplicante da aame-  
tade da dada que lhe foi dada a seumarido por Thome de Souza. /  
Treslado do Regimento de el Rey nosos senhor. As terras e agoas  
dos Ribeyros que estiuerem dentro do termo e limite da dita Ci-  
dade que sam seis Legoas para cada parte que nam forem dadas  
apeoas que as aproueitem, e estiuerem vagaz e de volutas  
para mim por qualuer uia, ou modo que seja podereis dar de  
[...]. (LIVRO Velho do Tombo, fólio 39r., L. 20-25).

**Figura 2: Fólio 40r. do Livro Velho do Tombo - scriptor 2 - Tabelião**



**Fonte: LIVRO Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento.**

Transcrição:

os Santos e seutermo fis tresladar de hũ treslado  
que estaua sob[scri]to pello Taballiaõ Mathias Cardozo, a que  
me reporto, o qual tornej a entregar a o padre Prior de Sam  
Bento quem o apresentou Eaqui a[s]inou de com[o] orese [...]  
(LIVRO Velho do Tombo, fólio 40r., L. 1-5).

O segundo e o terceiro documentos selecionados referem-se à prática de enclausurar mulheres em instituições como conventos e recolhimentos, estratégia comum no período, utilizada para controlar a vida das mulheres. Diferentes eram as justificativas que as levavam ao claustro, como a devoção, a educação e a punição. Distintos também eram os perfis dessas mulheres que



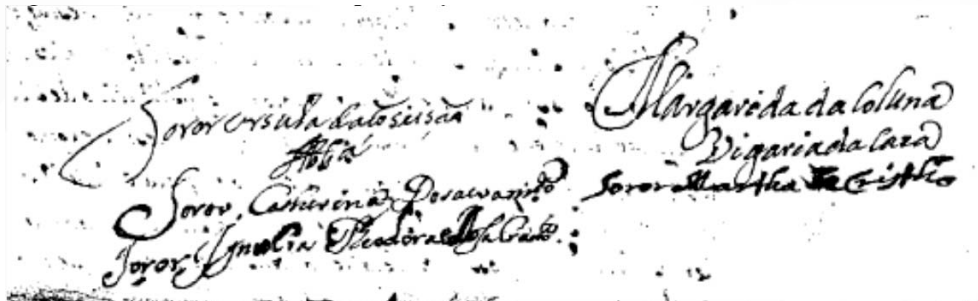
poderiam ser meninas órfãs, jovens pertencentes a famílias socioeconomicamente favorecidas, e até mulheres casadas ou viúvas. Todas elas eram retiradas do convívio social, por vontade própria, ou não (AZZI, 1983; ALGRANTI, 1993).

O requerimento de D. Jacinta e D. Ignacia é um manuscrito com 44 linhas de mancha escrita, lançadas no recto e no verso de um fólio. O documento foi redigido no final do século XVIII na Bahia e traz o pedido das duas mulheres, que solicitam permanecer no Convento de Santa Clara do Desterro, uma vez que se encontram recolhidas ali há mais de 21 anos, tocando trompa no coro da instituição. Elas alegam que se encontram doentes em decorrência desse trabalho e pedem para serem dispensadas de executá-lo. Solicitam ainda que além delas, se conserve recolhida uma sobrinha e que seja admitida também a sua mãe, que enviuvara há pouco tempo. Estando elas vivendo por muito tempo reclusas no Convento, e agora órfãs de pai, já não reuniam as condições para um casamento, e não teriam outro abrigo na sociedade colonial patriarcal.

O terceiro documento selecionado, a representação da Madre abadessa e demais religiosas do Convento do Desterro é um documento manuscrito, datado de 20 de novembro de 1723, redigido e assinado por 14 mulheres. Possui dois fólhos e 40 linhas de mancha escrita no total, nas quais, a madre abadessa e demais religiosas, que subscrevem o documento, dirigem-se ao rei de Portugal para solicitar o ingresso de duas moças como educandas em vagas extras, chamadas vagas supranumerárias, no Convento de Santa Clara do Desterro, alegando que as tais moças sabiam tocar instrumentos como harpa e órgão, o que era de grande interesse para a instituição, que carecia de musicistas para as práticas religiosas no coro da igreja.

O documento possui características pouco comuns para a época: é redigido e assinado por mulheres, como mostra a fig. 3. Naquele período, poucas mulheres sabiam ler e escrever, e as que haviam sido iniciadas nas práticas de leitura e escrita, conforme assinala Rezzutti (2018), em geral, não tinham grande desenvolvimento nos estudos. Além disso a escrita de documentos era uma tarefa preferencialmente delegada aos homens, que para isso eram educados e treinados. Assim, o fato de as religiosas escreverem diretamente ao rei não era algo comum, mesmo para a madre abadessa, que em geral dirigia-se ao arcebispo, para que este, então, encaminhasse as suas demandas.

Figura 3: Assinaturas no f.1v da representação



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino. 1723. Cx. 18, Doc. 1601.

Transcrição:

Soror Ursula da Cõseisaõ  
 Abbadessa  
 Soror Catherina Dosacramento  
 Soror Ignacia Theodora [...] Cristo[?]  
 Margarida da Coluna  
 Vigariada Caza  
 Soror Martha [de] Cristho

O quarto documento selecionado, a Requiisição de mantimentos para a nau de guerra Nossa Senhora de Belém, é um manuscrito de fólío único, contendo 15 linhas, assinado e datado, gerado nas ações relativas à manutenção da tropa da Marinha portuguesa. O documento é produzido na Bahia, na segunda metade do século XVIII e expressa a rotina característica de um navio de guerra em que o escrivão solicita a uma outra instância administrativa, não descrita no documento, a provisão de víveres necessários para alimentar a tropa que presta serviço na embarcação.

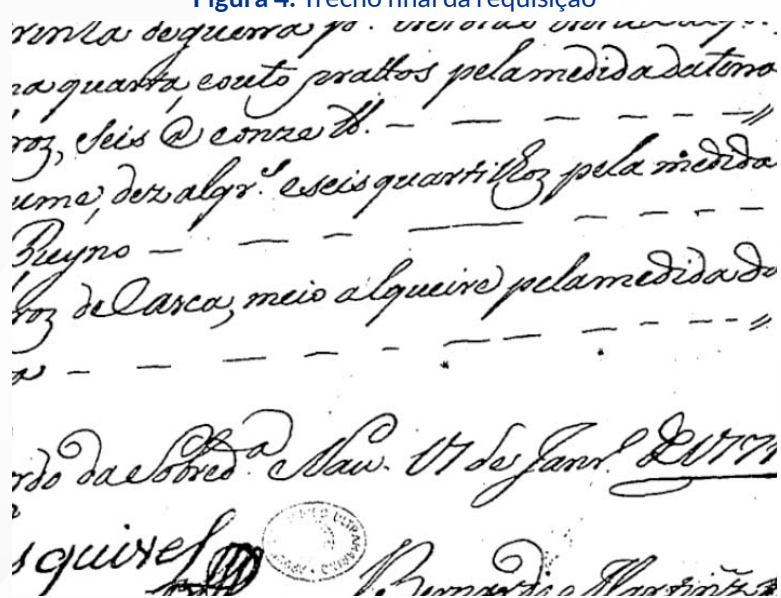
Observa-se, assim, que embora todos os gêneros documentais selecionados possuam a mesma função principal de encaminhar algum pedido, eles também possuem elementos que os diferenciam, o que fica patente especialmente pela estrutura formal que apresentam: enquanto uma das particularidades da representação é o fato de ser assinada por um grupo de pessoas que solicitam algo, os requerimentos e as petições eram documentos diplomáticos redigidos por um agente da coroa portuguesa ou outra autoridade constituída, a pedido da parte interessada, ou suplicante, que é citado logo de início pelo escrivão. Além disso, requerimentos e petições possuem fórmulas documentais semelhantes, ambos identificando sempre a quem se dirigem, a autoridade que pode deferir alguma solicitação, diferenciando-se entre si pelo fato de que o primeiro é baseado em leis ou jurisprudência, sendo maior a possibilidade de

resposta positiva ao pleito, enquanto a petição se baseava apenas nos argumentos do suplicante.

Já a requisição de mantimentos é um documento de cunho administrativo, no qual se relacionam gêneros alimentícios, com definição da quantidade necessária para um curto prazo. O documento não faz menção à autoridade que liberará o pedido. Chama a atenção o fato de que a requisição é assinada por um escrivão, denotando que, possivelmente, o funcionário responsável pelo controle de aquisição dos alimentos, ou não domina a habilidade da escrita, ou não tem autorização para fazê-lo. Embora possa parecer bastante simples na sua estrutura, o a requisição oferece variadas possibilidades de utilização como material didático, podendo servir de objeto de estudo no âmbito dos cursos de Graduação, seja nas aulas de Paleografia ou de Diplomática, como exercício para decifração da escrita, abreviaturas e análise de assinaturas, quanto em outras disciplinas como a História da língua portuguesa, a Filologia e a História.

Na Educação básica, o documento se presta tanto ao estudo das formas de grafia antigas, como para o estudo de outras disciplinas, numa abordagem sistêmica, que privilegie as práticas integrativas, com conteúdos significativos, que dialogam em um dado contexto, como a Matemática e a História, por exemplo, para conhecimento de sistemas de medidas antigos, conforme se pode observar na figura a seguir:

**Figura 4: Trecho final da requisição**



...  
 ... quarta, esuto praltos pela medida de tona  
 ... seis @ esno de. — — — — —  
 ... de a lgr. e seis quartilloz pela medida  
 Buyno — — — — —  
 ... de Carca, meio alqueire pela medida de  
 ... — — — — —  
 ... do da Sobra. Nav. 11 de Jan. 1771  
 ... squiref...  
 ... N. Romão de Martins

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino. 1771, doc. 10298.

Transcrição:

- 5 Farinha deguerra para três dias trinta alqueires  
 huma quarta eouto prattos pelamedidaterra  
 Arroz, seis @ e onze tt [?] -----//  
 Legume dez alqueires e seis quartilhoz pela medida  
 do Reyno \_\_\_\_\_
- 10 Arroz decasca, meio alqueire pelamedidada  
 Terra-----//  
 Bordo dasobredita Nau. 17de Janeiro de1771  
 [Esquivel]<sup>7</sup>  
 [rubrica]<sup>8</sup>  
 Bernardo Martinz [rubrica]  
 Escrivam

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura desse conjunto documentos revela vários aspectos sociais, culturais, geográficos, históricos e políticos acerca da construção da identidade brasileira. A análise desses documentos ratifica a importância da utilização de diferentes espécies documentais como fonte de pesquisa, tanto no que se refere ao seu valor histórico, quanto no que tange ao estudo de uma língua, elementos importantes para a compreensão da formação cultural de um povo.

Assim, os estudos provenientes de fontes tão ricas podem dialogar com o ensino e contemplar diversas disciplinas, seja na Educação básica ou no ensino de Graduação. Na Educação básica, o estudo mediado pelas fontes primárias pode contribuir para a formação integral dos estudantes, estimulando discussões acerca das características e mudanças da Língua Portuguesa através dos tempos, ao abordar, por exemplo, o léxico encontrado nos registros. Já com relação ao ensino de História e Geografia, destacam-se as contribuições por retratar acontecimentos do passado, que embora presentes nos livros didáticos, podem ter sua reflexão ampliada, com as explicações sobre os espaços, localizações e personagens registrados nas fontes. Na Matemática, como se procurou destacar, o conhecimento sobre as antigas formas de referir os pesos e medidas pode ser bastante instigante para despertar o interesse dos adolescentes para o contexto de uma época. No ensino universitário, os estudos com fontes primárias podem ser aplicados nos cursos de Letras, História,

7 Escrita de outra mão, provavelmente posterior, lançada abaixo da L.12

8 Rubrica de outra mão, provavelmente posterior, lançada abaixo da L.12

Arquivologia, Biblioteconomia, entre outras, conforme as especificidades de cada curso. Deste modo, é possível compreender que os estudos filológicos são pertinentes e úteis não apenas no campo da pesquisa, mas também na interface com o ensino, podendo contemplar os diferentes níveis da educação.

## REFERÊNCIAS

ACIOLI, Vera Lúcia C. **A escrita no Brasil colonial**: um guia para leitura de documentos manuscritos. Recife: EDUFPE, Fund. Joaquim Nabuco, Massangana, 1994.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas**: condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822. Brasília: EDUNB; Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1993.

AZZI, Riolando; REZENDE, Maria Valéria V. **A vida religiosa feminina do Brasil colonial**. In: AZZI, R. (org.). A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos. São Paulo. Ed. Paulinas, 1983.

BACELLAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos**. In: Fontes históricas. Carla Bassanezi Pink. (org.). 2. ed. reimp. São Paulo: Contexto, 2010.

BELLOTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de Arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

CAMBRAIA, César N. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005

CHARTIER, Roger. História: tempo de leitura. In: Chartier R. **A mão do autor e a mente do editor**. Trad. George Schlesinger. São Paulo: EDUNESP, 2014. p. 53-78

CONSELHO Ultramarino. Arquivo Histórico Ultramarino. 2016. Disponível em: <https://digitarq.ahu.arquivos.pt/details?id=1119329> Acesso em 12 dez. 2022.

DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antonio. **Curso de português jurídico**. 10. ed. reimp. São Paulo: Atlas, 2009.

DURANTI, Luciana. Diplomática: novos usos para uma antiga ciência (parte V). **Acervo**, 28(1), p. 196-215, 2015.

LIVRO VELHO DO TOMBO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DA CIDADE DO SALVADOR. 1945. Bahia: Tipografia Beneditina, 513p.

PETRUCCI, A. **La ciencia de la escritura: primera lección de Paleografía**. Traducción de Luciano Padilla López. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003. 157 p.

REPRESENTAÇÃO da Madre Abadessa e demais religiosas do Convento do Desterro. Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia, 1723. Cx. 53. Doc. 1601. Disponível em: [http://resgate.bn.br/docreader/005\\_BA\\_AV/11890](http://resgate.bn.br/docreader/005_BA_AV/11890) Acesso em 15 de nov de 2022.

REQUISIÇÃO de mantimentos para a Nau de guerra de Nossa Senhora de Belém. Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia. 1771. Cx. 10. Doc. 10298. Disponível em: [http://resgate.bn.br/docreader/005\\_BA\\_CA/26248](http://resgate.bn.br/docreader/005_BA_CA/26248) Acesso 15 de nov de 2022.

REQUERIMENTO de D. Jacinta e D. Ignácia. Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia. [ant. a 6 de mar de 1798]. Cx. 92 Doc. 18039. Disponível em: [http://resgate.bn.br/docreader/005\\_BA\\_CA/44987](http://resgate.bn.br/docreader/005_BA_CA/44987) Acesso: 15 de nov de 2022.

REZZUTTI, Paulo. **Mulheres do Brasil**: a história não contada. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

SPINA, S. **Introdução à Edótica**: Crítica Textual. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Ars poética: EDUSP, 1994.